

RESPOSTA ESPERADA PRELIMINAR DA PROVA DISSERTATIVA

Concurso Público do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CARGO: FILOSOFIA

Questão 01

TEMA SORTEADO: 9. O ensino da filosofia no Brasil e o papel do professor de filosofia na formação da educação básica, técnica e tecnológica.

A questão do ensino da filosofia na educação brasileira caracteriza-se, sobretudo, pela complexidade que a envolve. São muitas as variantes que tornam este tema desafiador e permeado de perguntas e inquietações. Dois aspectos atravessam o debate acerca da presença da filosofia nos currículos escolares e do professor em sala de aula, exercendo o ofício de compartilhar o conhecimento filosófico. O primeiro deles diz respeito à necessidade de sempre se reafirmar a importância da filosofia, qual a sua utilidade, o seu caráter prático. E o outro se refere a decisões políticas e pedagógicas que podem realçar o papel essencial da filosofia na formação dos alunos ou ofuscá-lo, decretando a sua nulidade frente a outras áreas do saber escolar. Nem mesmo a longevidade da filosofia e os alcances teóricos oferecidos por ela às formulações científicas não impedem o surgimento de determinadas desconfiâncias sobre a sua relevância para a educação do homem. Evidentemente, essa complexidade se amplia e se avoluma em função de um mundo cada vez mais caracterizado pelo abandono do pensamento crítico, pelo descarte frequente das grandes problematizações. Daí a filosofia acaba ficando como uma atividade do passado, da nostalgia grega, nada eficaz no contexto do presente. Quando se fala em filosofia, é comum também se esbarrar na pergunta pela sua natureza: o que é a filosofia? Pensadores densos e totalmente enraizados no ato de filosofar, depois de muito tempo devotados à atividade filosófica, dedicaram-se a escrever obras contendo esse questionamento. Heidegger escreveu “Que é isso da filosofia?”, Deleuze e Guattari “O que é a filosofia?”, Jean-François Lyotard “Por que filosofar?” e por aí vai...

No Brasil, o esforço daqueles que se ocuparam de filosofar, desde o início, ainda no período colonial, se viu em meio aos estudos de caráter ético, lógico, metafísico, enfim, às estruturas tradicionais da filosofia e com isso, desenvolver o seu ensino, pautando-se por leituras sistemáticas e rigorosas dos filósofos, sobretudo, gregos e europeus. O ensino de filosofia no Brasil constitui-se como um desafio constante, porque, ao que parece, o país ainda não conseguiu compreender claramente o que, de fato, ele busca e/ou

propõe em termos de educação. Como observa Rodrigo Peloso Gelamo, em seu texto intitulado “O estudo de filosofia no Brasil: um breve olhar sobre algumas das principais tendências do debate entre os anos de 1934 à 2008”, a discussão sobre a importância do ensino de filosofia no Brasil, ainda é algo muito recente, sendo uma preocupação mais frequente por parte de professores e pesquisadores atuantes na área de Filosofia da Educação.

Geralmente, nos programas de pós-graduação em filosofia, este assunto não é muito debatido. Com o surgimento dos programas de mestrado profissional em filosofia (Prof-Filo), as discussões acerca do tema tem se apresentado de maneira mais acentuada, uma vez que os mestrandos, obrigatoriamente, são professores atuantes na educação básica. Os trabalhos de pesquisa desses mestrandos são voltados para a realidade do ensino de filosofia e a sua função social, sua relevância para a formação dos alunos da educação básica. Espera-se que a resposta verse sobre o ensino da filosofia no Brasil, em seus aspectos históricos, metodológicos, e culturais quanto ao contexto do surgimento do ensino de filosofia, vinculada às atividades da Companhia de Jesus, no século XVI, e a importância da *Ratio Studiorum*, dinamizada sobre a sistematização do conhecimento pela *Studia Superiora*, aliada à teologia a partir de 1553. Inclusive, distinguindo a chegada da Corte Portuguesa no Brasil, e até a queda do Império, a despeito da importância da cultura, face os interesses elitistas, propiciando a criação dos primeiros cursos, patente à reprodução do modelo religioso, educacional, social e político europeu. Mais tarde, balizado pela reforma pombalina, e sua crítica educacional junto às preocupações com a formação e preparo para as cadeiras universitárias a serem ocupadas pelos filhos da elite.

Cabe distinguir as expectativas com a filosofia no período republicano, sob influência do positivismo nesta época, com oscilação entre o positivismo cientificista e o religioso, em consideração da reverberação do ensino e pensamento europeu no nacional, a partir das correntes filosóficas em ascensão. Sobretudo, nas últimas décadas do século XIX, e sua repercussão no pensamento educacional brasileiro.

Os aspectos das rupturas democráticas no Estado Novo e o Período Militar, após o 1964, contribuíram para a atribuição de dificuldades com o ensino de filosofia devido às problemáticas para a instalação de um pensamento ideologicamente pautado sobre a legalidade da ordem social e revisão do pensamento crítico dos estudantes são de apreço. Assim como a promulgação da LDB, em 1966, e suas demais versões que permitiu não só o retorno da filosofia no Ensino Básico, e suas possibilidades, mas ampliação e sustentação da proposta de aprendizado no Ensino Médio, com interrupções, crises e avanços disciplinares, ao se tornar a filosofia complementar ou facultativa nos currículos até a obrigatoriedade em 2008.

É importante destacar que a questão do ensino da filosofia na educação brasileira caracteriza-se, sobremaneira, pela complexidade que a envolve, permeada de perguntas e inquietações, acerca da presença da filosofia nos currículos escolares e do professor em sala de aula, exercendo o ofício de compartilhar o conhecimento filosófico. Para ilustrar isso, o(a) candidato(a) deve exprimir a importância da filosofia, qual a sua utilidade, o seu caráter prático, consoante as políticas e os processos pedagógicas que podem realçar o papel da filosofia na formação dos alunos ou ofuscá-lo, criticamente situado ao lado de outras áreas do saber escolar. Os alcances teóricos oferecidos por ela às formulações científicas não impedem o surgimento de determinadas desconfianças sobre a sua relevância para a educação do homem. Evidentemente, essa complexidade deve ser posta em pauta, referente à ampliação do ensino de filosofia, ou o que se avoluma em função de um Brasil cada vez mais caracterizado pelo abandono ou suspensão do

debate, acerca do pensamento crítico, atinente ao descarte frequente das grandes problematizações sobre o ensino técnico e tecnológico brasileiro. A esse respeito, o(a) candidato(a) deve relacionar a compreensão do papel do professor de filosofia e seu ofício, entorno da pergunta pela sua natureza profissional, e a clássica pergunta sobre “o que é a filosofia”, expondo pensadores à atividade filosófica, no cenário nacional, que se dedicaram a escrever obras contendo esse questionamento, discernindo ideias ou expondo o modo de pensar a educação filosófica em solo nacional.

Digno de atenção então é o papel exercido pelo professor de filosofia no âmbito da educação básica, já que, por natureza, a filosofia aguça a consciência crítica, discute os fundamentos das coisas, cabendo ao mestre a tarefa de proporcionar aos alunos o contato a abordagem de pensamentos sistematizados. Deve-se levar em conta que o professor contribuirá não somente para o ensino do conhecimento, em termos cognitivos, mas também em termos de consciência cidadã, auxiliando o aluno a compreender melhor o seu lugar no mundo, na sociedade. Inevitavelmente, o(a) candidato(a) deverá mencionar leis importantes que contribuíram para o reconhecimento da filosofia e o seu papel transformador na educação, abrindo-se a discussão sobre o trabalho docente e a formação em filosofia. A LDB, por exemplo, pautando-se na necessidade de reforçar o desenvolvimento da autonomia intelectual e a formação ética do ser humano, ressaltou a importância da filosofia não somente para o acúmulo de conhecimentos, mas para a vida. Não somente para a educação básica, mas também para a educação técnica e tecnológica, o ensino de filosofia torna-se indispensável. Afinal, o mundo moderno tem vivenciado uma grande crise ética. O ser humano tem perdido a capacidade de pensar, analisar as suas ações, voltar-se para o real sentido da sua existência, sendo que a reflexão filosófica poderá fornecer uma importante contribuição para a sua libertação, e não obstante, a implementação de recursos referentes aos objetivos do Ensino Profissional e Profissionalizante no Brasil, atento à discussão sobre a necessidade do conhecimento tecnológico. Espera-se também que as transformações tecnológicas, as tecnologias digitais, a abordagem da prática educacional pelo uso da internet e recursos de informação apresente o professor como um mediador, proponente do conhecimento filosófico, não só adepto da tecnologia, mas como referência do modelo contemporâneo de aprendizado atualizado e transformador do pensamento filosófico na rede educacional como agente perpetuador da crítica do pensamento atual e clássico.

Goiânia, 20 de agosto de 2024.